



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681111 - MG (2021/0224598-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ALEX LUIZ DAMASCENO XAVIER E OUTRO
ADVOGADOS : ZANONE MANUEL DE OLIVEIRA JUNIOR - MG070042
ALEX LUIZ DAMASCENO XAVIER - MG200528
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : SILMAR DA SILVA ROCHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SILMAR DA SILVA ROCHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Agravado em Execução n. 0937579-85.2021.8.13.0000).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos e 6 meses de reclusão em regime semiaberto, com trabalho externo devidamente autorizado.

Os impetrantes sustentam que "diante da política criminal adotada pelo juízo de Ribeirão das Neves/MG no enfrentamento contra a Covid-19, o paciente teve sua saída para trabalho suspensa e vem sendo mantido na unidade prisional por período integral, sem que tivesse praticado qualquer falta grave ou sofrido sanção disciplina" (e-STJ fl. 14).

Alegam que o Agravado em Execução n. 0937579-85.2021.8.13.0000 foi concluso ao relator em 25/05/2021 e, até o presente momento, o pedido de liminar não foi apreciado.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a prisão do paciente seja convertida em domiciliar, com ou sem aplicação de medidas alternativas ao cárcere.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobretudo acerca do andamento do Agravado em Execução n. 0937579-85.2021.8.13.0000.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente